



CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2026/FSCMPA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº ____/2026/FSCMPA
PAE Nº E-2026/2649541

INSTRUMENTO PÚBLICO DE CONTRATO PARA
AQUISIÇÃO DE AUTOCLAVES DE BARREIRA, QUE
ENTRE SI CELEBRAM, A FUNDAÇÃO SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DO PARÁ E A EMPRESA
_____, NA FORMA A SEGUIR
ESTABELECIDA:

A FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ - FSCMPA, Entidade da Administração Indireta do Governo do Estado do Pará, com personalidade, jurídica de direito público, sito à Rua Oliveira Belo, 395, Bairro Umarizal, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.929.345/0001-85, designada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Presidente, **Dr. BRUNO MENDES CARMONA**, brasileiro, casado, Médico, portador do CRM nº 007718/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 671.646.922-20, residente e domiciliado nesta cidade de Belém/Pará e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida _____, CEP: _____-____, Telefone: (____) _____, E-mail: _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada legalmente pelo **Sr(a)** _____, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, têm, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente Instrumento, este Contrato, em conformidade ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023, Decretos Estaduais nº 2.940/2023 e nº 3.371/2023, e demais legislações aplicáveis e mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

1.1 - O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026/FSCMPA e aos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

2.1 - A minuta deste Contrato foi aprovada pela Procuradoria Fundacional da CONTRATANTE, conforme Parecer nº ____/2026/ NPRO/FSCMPA, nos termos do art. 53, Parágrafo Primeiro, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1 - O presente instrumento tem como objeto a **AQUISIÇÃO DE AUTOCLAVES DE BARREIRA**, para atender as necessidades da FSCMPA, conforme a solicitação constante no Memorando nº 072/2026/CSUP/FSCMPA e, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, na Proposta da CONTRATADA, nas discriminações estabelecidas neste Instrumento e na Tabela abaixo (ANEXO I):

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	-----------	-----	----------------	-------------

Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento

CONTRATO

01	<p>AUTOCLAVES COM BARREIRA COM CAPACIDADE DE NO MÍNIMO 700 L, COM RACK DUPLO. Autoclave horizontal automática microprocessada para esterilização por vapor saturado em alta temperatura com as seguintes características técnicas: Volume da câmara interna deverá ser de no mínimo 700 litros; Dimensões do equipamento com variação máxima de $\pm 10\%$ (l x a x p): 1000 x 2400 x 1900. Dimensões da câmara com variação máxima de $\pm 10\%$ (l x a x p): 650 x 650 x 1600. As dimensões internas são uma referência e podem variar desde que o volume interno seja atendido. Câmara interna e externa com seção retangular construídas em aço Inox AISI 316L ou superior espessura mínima da câmara interna de 8mm. A fabricante deverá assegurar garantia estrutural mínima de 5 (cinco) anos para a câmara interna contra defeitos de fabricação, corrosão, trincas, fissuras ou falhas estruturais decorrentes do processo construtivo. Portas em aço inox 316 L ou superior, elevação vertical automática, proteção antiesmagamentos, polida espelhada, rugosidade menor que 0,3μm. Possuir conexões para entrada de sensores de temperatura e pressão para qualificação térmica. Todas as tubulações, conexões, válvulas manuais, retentoras, válvulas de segurança, tubos flexíveis e rígidos, devem ser fabricados em aço inox 316, tubos para acionamento das válvulas pneumáticas deverão ser em teflon. Sistemas Elétricos com proteção IP54, conforme NBR IEC 60.529; controlador lógico programável para as funções de controle e registro do processo, com interface com impressora, monitor touch screen colorido de no mínimo 7. Sensor de temperatura tipo PT 100 Classe "A"; Gerador de vapor elétrico construído com inox AISI 316 ou superior com controle automático do nível da água, temperatura das resistências e da pressão, potência elétrica máxima do gerador deverá ser de 60Kw. Sistema de vácuo que consuma no máximo 50L de água por ciclo, incluindo, se aplicável, todos os periféricos (chillers, sistema de looping, instalação, etc) para geração de vácuo no equipamento. Comando automático, microprocessado, eletrônico, de programação flexível, conter no mínimo 08 ciclos operacionais, teste Bowie & Dick e Leak-test; Temperaturas de trabalho programáveis entre, no mínimo, 105°C a 134°C; deve conter dispositivo integrado à Autoclave, utilizado para indicar a presença de gases não condensáveis remanescentes no interior da câmara de Esterilização durante todas as etapas do ciclo e que podem ocasionar ineficiência do Processo de Esterilização. Acessórios para cada autoclave:</p> <p>02 (dois) Racks duplos de carga em aço inoxidável AISI-304 em tamanho compatível com a câmara interna;</p> <p>02 (dois) carros para carregamento dos racks;</p> <p>20 (vinte) cestos em aço inoxidável AISI-304, tendo cada um capacidade de volume compatível com o equipamento;</p> <p>02 (dois) jogo de resistências sobressalentes;</p> <p>02 (dois) jogos de guarnições sobressalentes;</p> <p>100 (cem) Rolos de papel para a impressora compatível com a Máquina.</p> <p>01 (um) Sistema de Tratamento de Água por Osmose Reversa, dotado de reservatório com capacidade suficiente para garantir a operação da autoclave, devendo ser dimensionado de acordo com a qualidade da água disponível na instituição, observados os resultados das análises físico-químicas e microbiológicas realizadas, capaz de produzir água purificada que atenda rigorosamente aos requisitos de qualidade para alimentação de autoclaves e geração de vapor limpo (conforme normas vigentes e recomendações dos fabricantes dos equipamentos do CME), garantindo uma taxa de rejeição de sais de, no mínimo, 95% a 98%, com retenção eficaz de Cálcio, Magnésio, Silica, Ferro, Cloretos, Metais Pesados, Matéria Orgânica e Endotoxinas, mantendo a condutividade elétrica do permeado ≤ 10.</p> <p>O sistema deverá possuir saída compatível com a autoclave, bem como controle automático de nível do reservatório, assegurando o abastecimento contínuo e seguro do equipamento. A água tratada na saída do sistema deverá atender integralmente às prescrições da ABNT NBR 11.816, e a água de alimentação deverá ser proveniente de rede de água potável, em conformidade com os padrões estabelecidos pela Portaria MS nº 518/2004, ou outra norma que venha a substituí-la.</p> <p>Instalação: Devem ser fornecidos todos os materiais necessários a instalação do equipamento a partir do ponto terminal de distribuição de água</p>	4		
----	---	---	--	--

Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento

CONTRATO

<p>fria e Ar Comprimido e até a Exaustão e o Dreno. Entrada de Ar Comprimido, se necessário p/ o funcionamento do equipamento; Manual de Operação.</p> <p>A autoclave deve ser projetada e construída de acordo com as normas brasileiras da ABNT a seguir: NBR 11.816:2003 – Esterilização – Esterilizadores a vapor com vácuo, para produtos de saúde, NBR ISO 17.665-1:2010; NBR ISO 17.665-2:2013 – NR. 13 – Caldeiras e Vasos de pressão (113.000-5), NBR IEC 60.529. Normas internacionais, EN 285:2009. O fabricante dos vasos de pressão deve ser certificado CE (PED) ou ASME e deverá apresentar documentos comprobatórios na entrega da proposta, certificado para o Caso da ASME e Certificado com número do organismo notificado para o caso de CE (PED). Registro na ANVISA do equipamento. E Treinamento de operação para operadores do CME em três turnos por dois dias. A garantia integral do equipamento deverá observar o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses previsto neste contrato.</p>			
VALOR TOTAL:			

CLÁUSULA QUARTA - DA JUSTIFICATIVA

4.1 - Justifica-se a contratação pela necessidade de aquisição das Autoclaves de Barreira destinadas à Central de Processamento de Material Esterilizado (CPME/CME) da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA), medida fundamental para atender à crescente demanda hospitalar decorrente da ampliação da capacidade assistencial da instituição, que atualmente possui 514 leitos e se encontra em processo de expansão para aproximadamente 600 leitos. Nesse contexto, a manutenção de uma infraestrutura moderna e eficiente de esterilização por vapor torna-se condição indispensável para garantir a esterilização segura e contínua de instrumentais e produtos médico-cirúrgicos, essenciais à realização de procedimentos cirúrgicos, ambulatoriais e de urgência. A contratação ora proposta contribuirá de forma significativa para a qualidade do atendimento prestado aos pacientes, para a segurança das equipes assistenciais e para a regularidade dos fluxos assistenciais dependentes do reprocessamento de produtos para saúde

4.2 - A aquisição de novas Autoclaves de Barreira permitirá a modernização dos processos de esterilização por vapor, o aumento da capacidade operacional e a maior eficiência no reprocessamento de materiais, em cenário no qual a produção anual da CME já supera 1,8 milhão de peças. Tais avanços são indispensáveis para acompanhar o crescimento da instituição e garantir que os produtos esterilizados atendam às normas regulatórias vigentes, promovendo a continuidade, a confiabilidade e a rastreabilidade dos serviços hospitalares. Ademais, a distribuição da carga de trabalho entre as autoclaves existentes e as novas unidades reduzirá a sobrecarga sobre os equipamentos atuais, mitigando o risco de falhas críticas e paralisações não programadas. A implementação de tecnologia atualizada e mais robusta tende, ainda, a resultar em redução de custos operacionais a médio e longo prazo, ao minimizar a incidência de corretivas emergenciais, retrabalho e interrupções em processos críticos de esterilização.

4.3 - As Autoclaves de Barreira objeto desta contratação são classificadas como equipamentos médico-hospitalares essenciais ao processo de esterilização por vapor sob pressão, conforme demonstrado no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP). A aquisição dessas unidades é imprescindível para consolidar a CPME/CME como setor de referência interna no reprocessamento de materiais, garantindo qualidade, segurança e eficiência em todas as etapas de preparo e esterilização de instrumentais e produtos para saúde. Com a incorporação das novas autoclaves, a FSCMPA passa a contar com infraestrutura tecnológica mais robusta, moderna e alinhada às boas práticas de processamento de produtos para saúde, reforçando seu compromisso com a segurança do paciente, a excelência assistencial e a continuidade dos serviços de alta complexidade sob sua responsabilidade.

Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento

CONTRATO

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA DO OBJETO

5.1 - A entrega do bem deverá ser no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento da nota de empenho pela contratada, conforme edital.

5.2 - bem deve ser entregue de forma única, com todos os seus acessórios e total requisito para perfeito funcionamento.

5.3- LOCAL DE ENTREGA

5.3.1 - Almoxarifado Central da Santa Casa, localizado na Rua Oliveira Belo 395, no Bairro do Umarizal, CEP: 66050-380 -Belém/PA.

5.3.2 - O horário de entrega é das 08:00 às 15:00 horas de segunda a sexta-feira. Podendo ser agendado pelo telefone (91) 3251-7371.

5.4 - PRAZO DE VALIDADE DE INSUMOS

5.4.1 - Quando a vida útil for igual ou inferior a 12 (doze) meses, validade mínima de 70% (setenta por cento);

5.4.2 - Quando a vida útil for superior a 12 (doze) meses, validade mínima de 50% (cinquenta por cento)

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA VIGÊNCIA

6.1 - O valor do presente contrato é de _____ (_____), de acordo com a Proposta de Preços da CONTRATADA, tendo vigência por **12 (doze) meses**, a contar da data deste instrumento, podendo ser prorrogado nos termos dos artigos 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 - Em caso de prorrogação de prazo, o valor deste contrato poderá sofrer reajuste, sendo aplicado o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), conforme disposto no art. 25, §7º, e art. 92, V, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo ser precedido de análise dos setores jurídico, contábil e orçamentário.

6.3 - Estão incluídos no preço referente ao objeto desse contrato todos os custos e despesas com mão-de-obra, frete, material, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, bem como, taxas, impostos, seguros, tributos, transportes e demais despesas necessárias ao satisfatório cumprimento deste.

CLÁUSULA SÉTIMA- DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será por meio de Ordem bancária, Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.

7.2 - A forma de pagamento será por ordem bancária na conta corrente da contratada, no prazo de até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com comprovante de regularidade fiscal da contratada.

7.3 - A prova de Regularidade Fiscal pode ser feita por consulta SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante, ou ainda pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.

Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento

CONTRATO

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA

8.1 - Os produtos deverão ter garantia assegurada durante 24 meses.

8.1.1 - A garantia integral mínima do equipamento deverá ser de 24 (vinte e quatro) meses, abrangendo peças, componentes, acessórios, mão de obra, deslocamentos, atualizações de software, assistência técnica e demais elementos necessários ao pleno funcionamento da autoclave.

8.1.2 - Independentemente da garantia integral do equipamento, a câmara interna de esterilização, construída em aço inoxidável AISI 316L ou superior, deverá possuir garantia estrutural mínima de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação, corrosão prematura, fissuras, trincas ou falhas estruturais decorrentes do processo construtivo.

8.1.3 - Os equipamentos, componentes e acessórios destinados à esterilização por vapor sob pressão nas Autoclaves de Barreira da Central de Material Esterilizado (CME/CPME) da Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará (FSCMPA) deverão atender a todas as exigências normativas e regulamentações sanitárias estabelecidas pela ANVISA, bem como estar certificados conforme os requisitos da ISO 13485 ou equivalente, assegurando que todo o processo ocorra com segurança, eficácia e rastreabilidade. Deverá ser garantida a conformidade com as normas técnicas nacionais e internacionais aplicáveis aos processos de esterilização por vapor, de forma alinhada às boas práticas de processamento de produtos para saúde e aos padrões de qualidade exigidos para o parque tecnológico da CME.

8.1.4 - A empresa contratada deverá garantir que todas as Autoclaves de Barreira e respectivos acessórios fornecidos estejam em perfeito estado de funcionamento, livres de defeitos de fabricação ou irregularidades técnicas, operando estritamente em conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e no manual do fabricante. Em caso de falhas de desempenho, não conformidades técnicas ou defeitos identificados durante a instalação, qualificação ou uso, o fornecedor será integralmente responsável pela substituição imediata dos equipamentos ou componentes afetados, sem ônus para a Administração Pública, de forma a assegurar a continuidade das atividades assistenciais e evitar qualquer risco de desabastecimento de materiais esterilizados às unidades assistenciais da FSCMPA.

8.1.5 - O fornecedor deverá assegurar que todos os insumos e materiais de consumo associados às Autoclaves de Barreira, incluindo, mas não se limitando a materiais de embalagem compatíveis com esterilização por vapor, indicadores químicos, indicadores biológicos, testes de Bowie & Dick (quando aplicáveis) e demais dispositivos de controle de ciclo, apresentem prazo de validade compatível com o cronograma de uso previsto pela CME, sendo obrigatória a indicação clara e legível de lote e validade nas embalagens primárias e secundárias. Caso sejam entregues produtos com prazo de validade vencido, próximo do vencimento em desacordo com o pactuado ou em quantidade divergente da demandada, o fornecedor será responsável por efetuar a substituição imediata, sem custos adicionais para a Administração, garantindo o abastecimento adequado e seguro dos insumos necessários à rotina de esterilização.

8.1.6 - Todos os insumos, materiais de embalagem e acessórios utilizados nos processos de esterilização por vapor deverão ser isentos de substâncias tóxicas, contaminantes ou qualquer componente que possa representar risco à saúde, devendo estar em plena conformidade com as exigências de biocompatibilidade e segurança aplicáveis a dispositivos e materiais utilizados em produtos para saúde. O fornecedor deverá garantir que os materiais empregados não causem reações adversas, não liberem resíduos indesejáveis e não comprometam a integridade física e funcional dos

Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento

CONTRATO

instrumentais e acessórios submetidos ao ciclo de esterilização, resguardando a segurança dos pacientes, dos profissionais envolvidos e a confiabilidade microbiológica dos produtos esterilizados disponibilizados para uso nas diversas unidades assistenciais da FSCMPA.

8.2 - DA ASSISTÊNCIA

8.2.1 - De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens "HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA" durante a vigência do contrato, a partir do seu recebimento pela contratante, por meios próprios, sem custo para a administração pública.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1- Os recursos para atender ao cumprimento do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Funcional Programática: 10.302.1507.8288 e 10.302.1507.8289;

Fontes de Recursos: 01500000001-000000, 01501000001-000000, 01500100203-000000, 01501000061-000000, 01659000061-000000, 01659000069-000000, 01659000069-008067, 01659000069-009829, 01659000069-008239, e seus respectivos superávits;

Elemento de Despesa: 449052.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 - Fornecer os produtos atendendo plena e satisfatoriamente o especificado no Termo de Referência, entregando o objeto nas quantidades e prazos estabelecidos.

10.2 - Assumir os ônus e responsabilidade pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto entregue.

10.3 - A entrega do objeto deve ser com Nota Fiscal Eletrônica, de acordo com o especificado na nota de empenho, juntando a esta as Certidões de Regularidade Fiscal (FGTS, Previdenciária, Dívida Ativa da União e Receita Estadual).

10.4 - A entrega do objeto em desacordo com o solicitado neste Termo e aprovado pelo parecer técnico, deverá ser trocado no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação do erro.

10.5 - O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

10.6 - Os equipamentos médico-hospitalares serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade entregue e consequente aceitação, no prazo de até 3 (três) dias úteis que contará após a montagem e instalação, através do atesto realizado por servidor público devidamente habilitado..

10.7 - A instalação do equipamento médico-hospitalar deve ser realizada pelo fornecedor ou seu representante autorizado, devendo ser iniciada exclusivamente após seu recebimento formal e aprovação dos requisitos de pré-instalação.

Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento

CONTRATO

10.8 - Deve efetuar os testes de instalação do equipamento, realizando demonstração de seu funcionamento à equipe técnica de acompanhamento.

10.9 - Deve fornecer à Instituição todas as informações técnicas em português, necessárias e suficientes para a operação correta e segura do equipamento (manual de operação).

10.10 - Deve realizar treinamento nos três turnos: manhã, tarde e noite durante 3 dias seguidos, considerando a escala dos funcionários da Instituição.

10.11 - Os custos de treinamento, tanto dos operadores do equipamento quanto dos técnicos de manutenção da Instituição, incluindo a participação de especialistas (quando necessário) e o possível uso de material didático são de total responsabilidade da CONTRATADA.

10.12 - Todas as manutenções corretivas, preventivas e calibrações necessárias para o equipamento e/ou seus acessórios dentro do período de garantia devem ser realizados pela CONTRATADA sem ônus à Instituição com emissão de Certificado.

10.13 - Os chamados relativos à garantia serão feitos pelo Contratante, por escrito, via e-mail ou por telefone, obrigando-se a empresa ao atendimento preliminar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

10.14 - Fornecer os produtos novos, de primeiro uso e que estejam na linha de produção atual do fabricante e em perfeitas condições de uso, conforme as propostas apresentadas e suas especificações.

10.15 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas no presente instrumento.

10.16 - Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela FSCMPA..

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.2 - Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir as obrigações;

11.3 - Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.4 - Não permitir a intervenção de estranhos na instalação do equipamento contratado.

11.5 - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.6 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.7 - Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento

CONTRATO

11.8 - Rejeitar os serviços ou insumos nas quais as especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes no Termo de Referência e seus anexos;

11.9 - A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

11.10 - Cabe ao setor GEQP - Gerência de Equipamentos notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos itens que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

12.1- A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 da Lei Federal n. 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato e do serviço contratado, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
- c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada mediante prévia aprovação do CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
- d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da tecnologia de informação e comunicação na CONTRATANTE;
- e) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
- f) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo CONTRATANTE e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA

Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento

CONTRATO

tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da Lei Federal nº13.709/2018.

12.2 - A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta subcláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do Estado do Pará, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

12.3 - O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

12.4 - A CONTRATADA cooperará com o CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos de controle administrativo.

12.5 - A CONTRATADA deverá informar imediatamente a CONTRATANTE, quando receber uma solicitação de um titular de dados, a respeito dos seus dados pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos dados pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas da FSCMPA ou conforme exigido pela Lei Federal nº 13.709/2018 e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

12.6 - A CONTRATADA manterá contato formal com a CONTRATANTE, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

12.7 - A critério da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços, objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

12.8- Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, capítulo VI, da Lei Federal nº 13.709/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS ANTICORRUPÇÃO

13.1- À CONTRATADA e/ou seus empregados, prepostos e gestores, na execução do presente Contrato, é vedado:

- a) fraudar de qualquer maneira o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto Federal nº 8.420/2015, do Decreto Estadual nº 2.289/2018, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da CONTRATANTE;
- b) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, quaisquer bens de valor a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento

CONTRATO

- c) receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de qualquer atividade ilícita;
- d) contratar como empregado, subcontratado, ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção ou de lavagem de dinheiro;
- e) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de execução ou vigência, sem autorização em lei, no ato convocatório ou no presente contrato;
- f) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente instrumento contratual;
- g) dificultar, impedir ou manipular atividade de investigação ou de fiscalização da contratada, ou emitir informações inverídicas à fiscalização;

13.2 - A CONTRATADA declara não estar envolvida e garante não se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, subcontratados, partes relacionadas, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção;

13.3 - A CONTRATADA declara e garante não constar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS) e/ou no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e compromete-se a informar imediatamente à CONTRATANTE sobre seu registro nestes cadastros durante a vigência do Contrato;

13.4 - Obriga-se a CONTRATADA na execução do presente contrato a informar prontamente, por escrito, à CONTRATANTE sobre qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer das cláusulas contratuais, em especial as disposições anticorrupção;

13.5 - O não cumprimento pela CONTRATADA das leis anticorrupção e/ou do disposto nesta Cláusula será considerado descumprimento ao CONTRATO e conferirá à CONTRATANTE a prerrogativa de rescindir unilateralmente o CONTRATO, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções previstas na legislação anticorrupção, em especial no Decreto Estadual nº 2.289/2018, e/ou constantes no presente instrumento;

13.6 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis, políticas internas e das cláusulas contratuais;

13.7 - As presentes disposições vinculam igualmente as subcontratadas ou quaisquer prestadores de serviço envolvidos na execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES

14.1 - A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento

CONTRATO

III. Dar causa à inexecução total do contrato.

14.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações, as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021;

14.3 - O atraso injustificado na execução do fornecimento ou a inexecução total ou parcial do mesmo sujeitará o fornecedor à aplicação das seguintes multas, que poderão ser descontadas das garantias eventualmente apresentadas, dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, ou judicialmente conforme previsto nos artigos 162 da Lei Federal nº 14.133/21, sem prejuízo da reparação de eventuais danos causados:

- a) de 0,033% sobre o valor do empenho por dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia ou entrega do objeto em desacordo com as condições estabelecidas;
- b) a partir do 30º (trigésimo) dia de atraso, imposição de 5% (cinco por cento) de multa, além da penalidade regulada no item “a” supra;
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor do empenho, no caso de inexecução total ou 10% (dez por cento) sobre o valor da parte não executada, no caso de inexecução parcial.

14.4 - Decorridos 30 (trinta) dias sem que a CONTRATADA tenha cumprido com a obrigação assumida estará caracterizada a inexecução contratual, ensejando sua extinção;

14.5 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão do certame, a empresa contratada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais;

14.6 - A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA INEXECUÇÃO

15.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a empresa contratada as sanções decorrentes do art. 155 c/c art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.2 - A recusa injustificada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, conforme disposição do art. 90, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO

16.1 - Constituem motivo para extinção do Contrato nos termos do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021:

- I. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento

CONTRATO

- II. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI. atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII. atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

16.2 - Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

16.3 - Nos termos do art. 138, da Lei Federal nº 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- I. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM ESTE CONTRATO

17.1- Os documentos a seguir relacionados ficam fazendo parte integrante e constitutiva do presente instrumento independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos jurídicos:

- I. Termo de Referência
- II. Proposta da CONTRATADA
- III. Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº __/2026/FSCMPA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS

18.1 - A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, aplicando, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do artigo 89, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento

CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 - A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, ou ainda acidente que possa vitimar seu empregado quando em serviço, de acordo com o artigo 120, da Lei Federal nº14.133/2021, responsabilizando-se igualmente pelos encargos relacionados no artigo 121, da mesma Lei.

19.2- Não serão admitidas a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial do objeto deste Contrato, assim como a associação da CONTRATADA com outrem, como também a fusão, cisão ou a incorporação, que impliquem em substituição da CONTRATADA por outra Empresa.

19.3 - O presente instrumento obriga as partes contratantes e aos seus sucessores, que na falta delas responsabilizar-se-ão pelo seu integral cumprimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

20.1 - O presente Contrato será publicado no Diário Oficial do Estado, sob a forma de extrato, como condição para sua eficácia, no prazo de 10 (dez) dias, consoante dispõe art. 28, §5º da Constituição do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

21.1 - A fiscalização do contrato ficará a cargo de servidores que serão nomeados através de Portaria.

21.2 - execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos designados Representantes da Administração, para o acompanhamento e a fiscalização do contrato, conforme artigo 117 da lei 14.133/21.

21.3 - A presença de fiscalização pela CONTRATANTE não elide, assim como não diminui a responsabilidade da CONTRATADA com suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1 - Para dirimir as questões litigiosas oriundas deste contrato, será competente o Foro da Justiça Estadual, Seção Judiciária da cidade de Belém/PA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22.2 - E para maior firmeza do que ajustaram e contrataram, assinam as partes o presente instrumento, para um só efeito jurídico.

Belém-PA, ____ de _____ de 2026.

CONTRATO

BRUNO MENDES CARMONA
PRESIDENTE
FUNDAÇÃO SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO PARÁ
CONTRATANTE

(INSERIR O NOME DO REPRESENTANTE)
REPRESENTANTE
(INSERIR O NOME DA EMPRESA)
CONTRATADA

Missão: Cuidar da saúde das pessoas gerando conhecimento



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2649541

Anexo/Sequencial: 39

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2018.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Juarez Paulo Santos Anjos,

CPF: ***.615.812-**

Em: 19/06/2026 16:14:48

Aut. Assinatura: c52810d9fa6efa20c0380815330c57011f96274ce1c2331129abd88f6f8d62fa



Identificador de autenticação: de526040-8ded-4437-885b-793bd087cd56

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>